

# A PRODUÇÃO DE CAJU E A DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO DISTRITO DE ANGOCHE, NAMPULA-MOÇAMBIQUE

## CASHEW PRODUCTION AND SOCIOESPATIAL DYNAMIC IN ANGOCHE DISTRICT, NAMPULA-MOZAMBIQUE

**Vanito Viriato Marcelino Frei**

Mestre - PPG-GEO/CAJ-UFG  
vanitofrei@yahoo.com.br

**Dimas Moraes Peixinho**

Professor Doutor - PPG-GEO/CAJ-UFG  
dimaspeixinho@yahoo.com.br

### Resumo

Esse trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica e documental e de sistematização de dados coletados no campo, e a evidência dos resultados apresentados baseou-se numa amostra de 60 agregados familiares (AF) selecionados no distrito de Angoche (DA), que se localiza na zona costeira a Sul da província de Nampula. O estudo tem como objetivo analisar a dinâmica socioespacial no distrito de Angoche, pela compreensão, da constituição e organização do processo de produção de caju (*Anacardium occidentale, L*). Os resultados do trabalho apontam que em Angoche a cultura do caju é explorada na quase totalidade em regime de sequeiro e em consorciação com culturas básicas alimentares. Constatou-se ainda que mesmo em regime de consorciação, a cultura de caju em Angoche, está alterando e/ou extinguindo antigas formas de organização do espaço produtivo local e, criando ao mesmo tempo, novas formas de produzir no campo. Esta constatação se justifica pelo fato de os pequenos produtores de caju se encontrarem a plantar cada vez mais cajueiros quer pela maximização das terras destinadas ao cultivo de culturas alimentares, quer pela expansão e/ou agregação de novas áreas de cultivo e a introdução de novas tecnologias de produção.

**Palavras-chave:** Agregados familiares. Produção de caju. Tecnologias de produção. Dinâmica socioespacial. Distrito de Angoche.

### Abstract

This research results from a literature and documents review as well as systematization of data collected in the field, and the results of this research are based on a sample of 60 households (AF) selected in Angoche district (DA), which is located in the coastal zone of the southern side of Nampula province. The study aims to analyze the socio-spatial dynamics in Angoche district, by understanding the formation and organization of cashew (*Anacardium occidentale L*) production. The results of the study show that in Angoche cashew culture is explored almost entirely on a rain-fed basis and intercropped with basic food crops. It was further observed that even under intercropping; cashew

---

culture in Angoche is changing and/or extinguishing old forms of organization of local productive space, while creating new ways to produce on the field. This conclusion is justified by the fact that small cashew producers are increasing their plantation either by maximization of land for cultivation of food crops, either by expansion and/or adding new areas of cultivation and the introduction of new production technologies.

**Keywords:** Households. Cashew production. Production technologies Socio-spatial dynamics. Angoche District.

## **Introdução**

O setor do caju em Moçambique tem uma importância estratégica para o desenvolvimento econômico do país. A produção de caju gera renda para mais de um milhão de famílias rurais, podendo representar até 70% da receita monetária para essas famílias (BILL & MELINDA GATES FOUNDATION-GTZ, 2008). A comercialização da castanha constitui importante atividade econômica para pequenos, médios e grandes comerciantes e o seu processamento assegura emprego para milhares de trabalhadores no país, em particular nas zonas rurais do Norte e Sul de Moçambique, onde o cultivo do fruto melhor se adaptou aos solos arenosos e clima litorâneo das províncias de Nampula e Cabo Delgado, Gaza e Inhambane respectivamente.

Importado do Brasil a partir de meados do século XVI, no contexto da expansão mercantil portuguesa, o caju tornou-se numa das mais importantes culturas de rendimento (CR) do país, que figurou como o maior produtor e exportador mundial de castanha de caju durante os princípios da década de 1970, com exportações acima de 200 mil toneladas (t) anuais de castanha *in natura*. Dados do Instituto de Fomento do Caju-INCAJU (2011) apontam que cerca de 40% dos AF rurais em Moçambique possuem cajueiros e aproximadamente 95% da castanha de caju produzida e comercializada no país provém das explorações agropecuárias familiares (EAPF) que por natureza, não ultrapassam em média os cinco hectares (ha) de área plantada e/ou colhida com castanha de caju.

A construção histórica desse setor obedeceu a lógicas contraditórias de desenvolvimento desde a época colonial, momento em que o país era para Portugal apenas um fornecedor de matérias-primas, passando pelo período pós-independência marcado pela adoção de políticas de socialização do campo, da guerra civil e da liberalização da economia do caju. Volvido esse processo, o país tem procurado desde finais da década de 1990, encontrar estratégias para a reorganização do setor com destaque para o subsector da produção.

Nesse contexto, o país prevê incrementar os níveis de produção de castanha de caju em cerca de 350 mil toneladas anuais a partir de finais de 2020 (INCAJU, 2011), um nível que a concretizar-se recolocará o país entre os maiores produtores e exportadores mundiais desta cultura, ao lado de países como o Vietnã, Índia e Brasil que figuram na lista dos principais países produtores de caju. Em termos de área plantada com castanha de caju, prevê-se igualmente uma expansão significativa dos atuais cerca de 80 mil hectares para pouco mais de 100 mil hectares até finais de 2020.

No entanto, a relação entre esse setor e a organização do espaço produtivo rural no DA remonta desde finais da década de 1920, momento que marca o início da produção dirigida do caju para fins comerciais mais avançados, processo que se intensificou a partir dos anos 1960, com a implantação das primeiras unidades de processamento da castanha no distrito. Esse setor produtivo se mantém, até os dias atuais, com certa influência na organização espacial daqueles lugares por onde se espalha e particularmente no DA se for a considerar-se que a cultura do caju tende a instalar-se, principalmente em *machambas* (parcelas destinadas para a prática da agricultura) antes destinadas exclusivamente à produção de culturas alimentares básicas.

Nos últimos anos, assiste-se a uma reestruturação do setor cajuícola nacional, quer pela introdução de novas tecnologias no processo produtivo da castanha, traduzido no uso do cajueiro anão precoce e na adoção de novas práticas culturais como o tratamento químico das árvores e a realização de podas fitossanitárias. Essa mudança de base técnica a que se assiste na produção atual do caju em Moçambique, está influenciando as forças produtivas com reflexo na alteração de parte dos tradicionais sistemas de produção de caju e inaugurando novas formas de produzir no campo, dando assim origem, sobretudo, a um novo uso da terra, que busca incrementar os índices de produtividade e uma redução dos custos de produção.

Essa mudança da base técnica, enquanto vetor de reestruturação da produção de caju está diretamente ligada às novas políticas públicas do Governo, que, aliás, se constituíram desde a época colonial em fator determinante do ordenamento do espaço produtivo local. Paralelamente, esse processo de reestruturação da produção do caju em Moçambique está também sendo acompanhado por uma expansão da fronteira agrícola do caju em direção as demais regiões do país, desconcentrando desse modo o cultivo do caju historicamente concentrado no litoral da região Norte de Moçambique, quer pela

agregação de novas áreas de cultivo, quer pelo adensamento de plantios em terrenos onde a cultura já é praticada, ao mesmo tempo em que se busca constituir espacialmente plantações ordenadas de cajueiros.

Dada a importância da atividade cajuícola para o país e particularmente para a população do DA que tem no caju, uma das suas maiores fonte de rendimento e porque a maioria dos estudos sobre essa temática está voltada para a interpretação econômica, focados, sobretudo na indústria de processamento da castanha, entendeu-se que a construção de uma análise socioespacial pudesse contribuir para a compreensão dos nexos que se estabelecem na organização da produção, bem assim a sua articulação com as transformações socioespaciais ligadas a produção do caju no DA o que resultou na elaboração do presente artigo.

### **Aspectos metodológicos**

Para a compreensão do processo de organização socioespacial da produção de caju, o estudo utilizou-se das pesquisas bibliográfica e documental. Entretanto, a evidência dos resultados apresentados neste estudo baseou-se numa amostragem de 60 AF selecionados em três dos quatro postos administrativos do distrito: Angoche, Namaponda e Boi-la-Namitória, sendo que em cada um dos postos foram selecionados aleatoriamente 20 AF produtores de caju. Paralelamente, foram realizadas entrevistas a três categorias de respondentes diferentes: gestores públicos e privados, comerciantes e provedores ligados ao setor do caju em Moçambique como à pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Fortaleza e Pacajus, Estado do Ceará-Brasil.

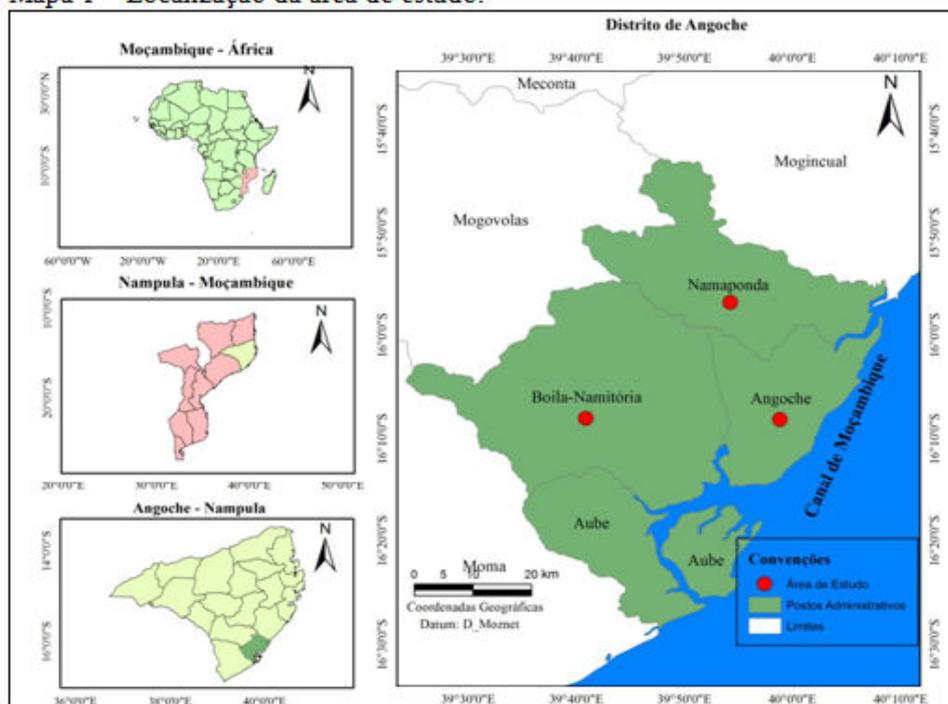
O embasamento teórico construído para o entendimento analítico do objeto de pesquisa caminhou no sentido de compreender, em um movimento mais amplo, o setor em si e as mudanças e permanências ocorridas ao longo da sua história, ou seja, buscou-se compreender a construção socioespacial na sua historicidade, com recurso aos métodos analítico-dedutivo e dialético. Desse modo, desenvolveu-se uma análise que permitisse compreender as transformações nas relações de produção e nas relações de posse e propriedade da terra bem como os nexos que se estabelecem na organização da produção e sua articulação com as transformações socioespaciais ligadas a produção do caju em Angoche.

A escolha do DA como área de estudo, deve-se ao fato de Angoche ter sido no passado colonial o maior parque industrial de caju no país, fato que demonstrou a sua importância quer no volume de castanha de caju produzida e/ou processada, quer na sua contribuição para o mercado nacional do caju, num momento em que Moçambique se colocava como líder mundial em quantidades de castanha produzida e comercializada. Hoje em dia, os AF rurais no distrito têm na cultura do caju a sua principal fonte de rendimento o que, de certo modo, permite pensar que o desenvolvimento deste setor está certamente conduzindo a algumas transformações na dinâmica socioespacial do distrito.

### Dados de contexto do distrito de Angoche

O DA se localiza na zona costeira a Sul da província de Nampula entre os paralelos  $15^{\circ} 52,9'$  e  $16^{\circ} 21,8'$  de latitude Sul e entre os meridianos  $39^{\circ} 54,2'$  e  $39^{\circ} 45,2'$  de longitude Este. O distrito é confinado a Norte pelo distrito de Mogincual, a Sul com o distrito de Moma, a Este com o oceano Índico e a Oeste com o distrito de Mogovolas (MAE, 2005), conforme o mapa 1.

Mapa 1 – Localização da área de estudo.



Fonte: <http://www.maplibrary.org/stacks/africa/Mozambique/index.php>

Organização: FREI, 2013

Com uma superfície de 3.056 km<sup>2</sup> (INE, 2007), o distrito se encontra dividido em sete localidades distribuídas em quatro postos administrativos. Em termos históricos, a região de Angoche foi durante muito tempo frequentada por vários povos, provenientes do interior da antiga província de Moçambique e vindos das regiões além-mar, que procurando o sucesso comercial acabaram por aí se estabelecer definitivamente.

Angoche tornou-se desde essa época um centro regional com grande vitalidade. Assim, nesse período, as atividades econômicas [...] eram a caça, a coleta, [...] o artesanato de transformação e o comércio. A caça e a coleta permitiam satisfazer parte das necessidades alimentares das comunidades, mas ao mesmo tempo, forneciam os produtos destinados ao mercado internacional [...] (NEGRÃO, et al, 1996, p. 26 *apud* BAIA, 2004, p. 174).

A economia agrária dessas sociedades teve sempre uma importância considerável. Nesta zona, onde a terra era abundante e os instrumentos de produção escassos, era o Homem o fator de produção principal. O controle do processo econômico não repousava na apropriação dos meios produtivos, mas antes, no controle do produtor e da sua reprodução. A chave do poder e da riqueza não estava nestas sociedades no controle da terra, mas no controle dos homens e das mulheres através dos quais se garantia a produção da riqueza (PEREIRA, 1997). O desenvolvimento da povoação de Angoche esteve assim vinculado com a exploração de recursos naturais e ao comércio marítimo (NEGRÃO, 1996), principalmente de escravos.

A dominação colonial portuguesa de Angoche efetivou-se apenas no início do século XX, momento em que o controle político-militar e administrativo do distrito passaram a responder aos interesses coloniais de Portugal. Desde então, Angoche foi definitivamente integrada na organização administrativa da colônia de Moçambique e sujeita às políticas econômicas e sociais definidas pelo Estado colonial (JOSÉ, 2005).

O início da produção agrícola e industrial do caju a partir da segunda metade do século XX produziu importantes transformações sociais e econômicas em Angoche. Por um lado, o mercado contribuiu para a alteração da organização social das comunidades, confrontadas com a necessidade de assegurar o domínio (à propriedade) privada e individualizada do cajueiro. Por outro lado, cresceram os níveis de proletarização dos angochanos, transformando completa e decisivamente a base econômica e social da população da Cidade (PEREIRA, 1997; JOSÉ, 2005). A cadeia produtiva do caju passou a ser um elemento de extrema importância para a vida da cidade, criando, desse modo, novas

---

formas de produzir no campo, antes baseadas fundamentalmente no comércio e na agricultura de alimentos.

Com relação à demografia, o DA conta com uma população de 276.471 habitantes, uma densidade populacional de 90,47 hab/km<sup>2</sup> e um total de 70.782 AF (INE, 2007). Composto por três zonas ecológicas: a costeira (onde se encontra a cidade), as ilhas e o interior, a população do distrito se encontra distribuída de forma irregular, majoritariamente concentrada ao longo da zona costeira e o interior do distrito, sendo que as ilhas representam as zonas menos povoadas. Esse fato se justifica, por um lado, pela diversidade das atividades econômicas e, por outro, pela relativa facilidade de comunicação com outras zonas e possivelmente às infraestruturas de que as duas primeiras dispõem.

Dadas às especificidades, compreende-se então que essas zonas desempenham funções diferentes que ao mesmo tempo influenciam diferentes formas de organização socioespacial do distrito. Desse modo, verifica-se que as zonas situadas ao longo da costa do distrito, desempenham funções que vão desde a atividade pesqueira, a produção familiar de bens alimentares e de mercado, com destaque para a castanha de caju, até funções político-administrativas, no caso da cidade de Angoche. As zonas localizadas no interior do distrito cumprem funções basicamente de produção de alimentos e de CR. Já nas ilhas, verifica-se que a pesca se evidencia como a atividade principal praticada pelos AF.

Entretanto, análises de entrevistas realizadas apontam para um cenário de demanda de terra para cultivo nas zonas localizadas no interior do distrito, devido principalmente à escassez de terra para a prática da agricultura de subsistência (na zona costeira) ao que se pode combinar com a redução da produção pesqueira e provavelmente o subemprego da mão-de-obra na cidade. Acredita-se também que essa demanda de terra, esteja em parte ligada à potenciais produtores interessados no negócio da castanha de caju, motivados, sobretudo, pelos incentivos adotados pelo Governo. Não podendo adquirir terra em zonas estrategicamente localizadas, o cultivo em terras do interior, torna-se uma alternativa viável.

---

**A produção de caju e a questão da terra em Moçambique**

Durante a vigência do regime colonial existia a possibilidade de obtenção do título privado da terra (MOSCA, 2011). Contudo, os mecanismos de distribuição, ocupação e de posse de terra tendiam sobremaneira a satisfazer os objetivos da metrópole em detrimento das populações nativas. Após a independência do país em 1975, o novo Governo definiu como preocupação fundamental do seu desenvolvimento a planificação socialista da economia que culminou com o processo de nacionalização da terra através da criação da primeira Lei de Terras, a Lei 6/79 de 3 de julho. De fato a Lei reconheceu que:

A terra é propriedade do Estado. A terra não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada. Como meio universal da criação de riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano (LEI DE TERRAS 6/79).

Com essa Lei os camponeses tinham expectativas de ocupar as terras não utilizadas pelas grandes explorações agrícolas capitalistas, mas estas foram transformadas em empresas estatais alargando a semi-proletarização do campesinato. Mosca (2011) refere que não existem mudanças fundamentais quanto à distribuição e áreas cultivadas por família camponesa, quando comparado com a estrutura agrária do período colonial. Negrão (1997) aponta que durante o processo de nacionalização da terra em Moçambique, não houve uma redistribuição da terra, mas sim a transformação das propriedades privadas coloniais em *machambas* estatais, continuando os camponeses do setor familiar a trabalhar as terras onde se encontravam antes da independência.

Os desafios que o país enfrenta para o desenvolvimento, bem como a experiência na aplicação da Lei de Terras, Lei nº 6/79, de 3 de julho, mostraram a necessidade da sua revisão, de forma a adequá-la à nova conjuntura política, econômica e social e garantir o acesso e a segurança de posse de terra, tanto dos camponeses moçambicanos, como dos investidores nacionais e estrangeiros. Desse modo, visando incentivar o uso e aproveitamento da terra, de modo a que esse recurso, o mais importante de que o país dispõe, seja valorizado e contribua para o desenvolvimento da economia nacional foi criada a segunda Lei de Terras, Lei nº 19/97 de 1 de outubro, regulamentada pelo Decreto – nº 66/98 de 8 de dezembro. No quadro destes instrumentos foram incorporados novos dispositivos legais que reconhecem a existência de outros atores nos processos de

alocação e administração da terra como as comunidades locais e a ocupação da terra por “boa fé” (quando o indivíduo esteja a utilizar a terra há pelo menos 10 anos).

Nesse sentido, o artigo 12 da Lei de Terras nº 19/97 combinado com o Decreto nº 66/98 do Regulamento da Lei de Terras, preconiza que o direito de uso e aproveitamento da terra em Moçambique é adquirido por:

- Ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a constituição;
- Ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos 10 anos;
- Autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou coletivas segundo critérios estabelecidos pela Lei.

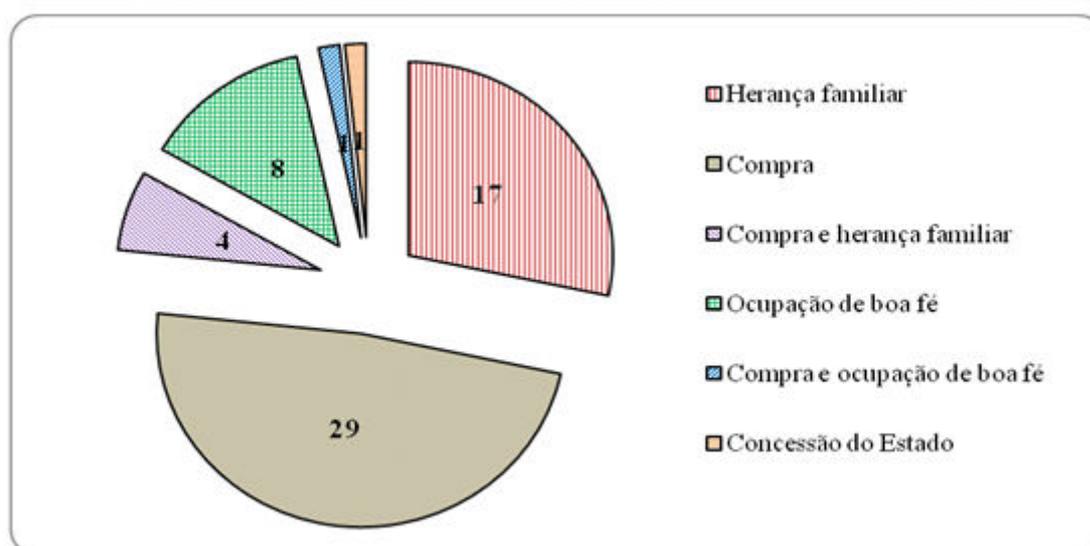
Nesse quadro, percebe-se que a partir de então, foram formalmente reconhecidos os sistemas de direito consuetudinário da terra, permitindo, de modo geral, o acesso à terra pelos cidadãos, ao mesmo tempo em que foi garantido o direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) para fins de atividades econômicas. De fato, a Lei não garantiu a propriedade privada da terra, mas antes, pelo contrário, veio reforçar a preservação da propriedade pública da terra, na qual camponeses e suas comunidades continuam com direitos reservados de explorá-la mediante a obtenção de títulos de usufruto, ou seja, o DUAT e a transação de benfeitorias e melhorias efetuadas pelo titular. Para Langa, Souza e Hespanhol (2013) o DUAT é importante para o Estado como também para o seu titular, porque garante a posse legal de uma extensão de terra e, quando de sua emissão fornece a prova formal desta posse e permite que o Estado organize o seu cadastro de terra.

No quadro da estrutura fundiária de Moçambique, estima-se que o país possui cerca de 36 milhões de hectares de terra arável e 7 milhões de explorações agrícolas, sendo 3,9 milhões com uma média de 1,3 ha de extensão (LANGA, SOUZA, HESPANHOL, 2013). Desse modo, é comum a percepção de que o país possui muita terra, quando comparada com a densidade populacional. Por um lado, este fato pode estar relacionado com a distribuição irregular da população e, por outro, pelo fato de aproxima-

damente 96,9% da área ocupada não possuir os chamados DUAT (MOSCA, 2005; MOÇAMBIQUE, 2007).

No caso do DA, caracterizado por uma forte densidade populacional, o acesso a terra para a produção de caju e de outras culturas é, conforme apontam os resultados dos questionários aplicados no decurso da pesquisa de campo, adquirido na maioria das vezes ou por via dos sistemas de direito consuetudinários da terra, ou por meio de compra, conforme se demonstra no gráfico 1.

**Gráfico 1 – Número de AF segundo formas de aquisição de terra para o cultivo do caju.**



Fonte: FREI, 2012.

De modo geral, os dados apontam que embora em Moçambique a terra seja propriedade do Estado e que seu uso e aproveitamento é direito de todo povo moçambicano, ela é realmente transacionada entre os cidadãos e que o acesso a ela, não raras vezes, se mostra oneroso para o pequeno produtor de caju. Essa constatação explica, de certo modo, os resultados constantes no gráfico 1 em que dadas às dificuldades encaradas pelos AF no processo de aquisição do DUAT e na pretensão de plantar mais árvores de caju, os AF acabam preferindo “comprar” a terra que esperar que o Estado lhes conceda, mesmo em si tratando de AF economicamente desfavorecidos.

Outra explicação para esse fato é que provavelmente estejam entrando novos AF interessados no negócio da castanha de caju motivados em parte pelas políticas do

Governo que investe em iniciativas de revitalização da produção do caju por meio da assistência técnica e distribuição gratuita de clones mais produtivos e resistentes às doenças e pragas, fato que faz com que os novos AF interessados no negócio da castanha, não tendo a possibilidade de adquirir terra por herança ou pela concessão do Estado optem pela sua “compra”.

Sublinhe-se que são raros os casos em que os AF transacionam toda a sua parcela de terra, pois este recurso constitui nessas unidades familiares, um elemento importante para a sua reprodução social e para o cultivo de culturas quer para o consumo, quer para o mercado. Desse fato, resulta que teoricamente os AF menos favorecidos não são confrontados com escassez de terra para o cultivo de culturas alimentares utilizando as mesmas terras para o cultivo do caju em regime de consorciação, o que resulta no empobrecimento das mesmas. Nesse contexto, é importante evidenciar que mesmo em regime de consorciação, a cultura do caju está demandando novos espaços em Angoche, o que se justifica pela demanda em mudas de caju pelos AF.

Evidenciando a pesquisa de campo, em Angoche, o acesso à terra foi mencionado pelos produtores selecionados, como um constrangimento para o aumento do número de pés de caju e conseqüentemente da produção embora parte dos técnicos ligados ao setor partilhe a opinião de que o distrito possui muita terra. Os pequenos produtores, principalmente jovens, poderiam ter acesso à terra para cultivo de culturas anuais (como milho e feijões), mas não são cedidos terra exclusivamente para o plantio de mudas de caju o que implica no uso mais permanente das mesmas. Do mesmo modo, os resultados da pesquisa de campo apontam para um quadro de existência de conflito de terra, conforme se pode ler no seguinte depoimento:

Eu tenho tido problemas com outras pessoas por causa da minha terra. Só para te dar um exemplo, essa terra que estas a ver aqui, eu «comprei» com o antigo dono que também produzia caju. A maior parte dos cajueiros que estão aqui, eu encontrou quando comprei essa terra e como vês, já estão velhos. Já há três anos que estou tentando plantar novos cajueiros porque esses já estão velhos e quase não produzem nada. O que acontece é que naquela parte ali sempre que eu planto novas mudas aparece um senhor a tirar as mudas porque segundo ele aquela parte desse terreno era de seus pais e lhe pertence. A primeira vez que ele fez isso fui ao Conselho Municipal para legalizar o terreno e os homens do Conselho Municipal vieram aqui e colocamos os marcos para delimitar o terreno. Mesmo assim, essa pessoa veio de novo e tirou os marcos que o Conselho Municipal enterrou. Falei com ele e ele insistiu que

---

aquela parte do terreno lhe pertence. Mais uma vez, plantei de novo novas mudas e ele veio tirar de novo. Como eu não gosto de discutir com as pessoas, preferi perder e esquecer aquela parte e deixar com ele, só para evitar confusão (informação verbal).

De acordo com os resultados das entrevistas realizadas junto aos produtores, a maior parte desses conflitos está ligada, principalmente à demarcação dos limites das parcelas e/ou *machambas* e à invasão dos limites das *machambas* por outros camponeses. O primeiro caso é característico das explorações agrícolas de caju tipicamente familiares, a maior parte delas herdadas de seus antecessores e com áreas que variam entre um a quatro hectares e é em parte motivado pela falta de consenso quer entre os herdeiros da mesma linhagem do AF, quer entre estes e os herdeiros e/ou proprietários das *machambas* limítrofes.

O segundo caso é característico das explorações agrícolas de caju com tendência à tipologia média, na maioria das vezes adquiridas por meio de compra e pelos direitos consuetudinários da terra e com dimensões variando entre cinco a 10 hectares ou relativamente superiores e é motivado por um lado, pela falta de consenso entre os proprietários das *machambas* limítrofes, quanto aos respectivos limites. Por outro lado, porque a maior parte desses AF que possui áreas relativamente maiores para o cultivo do caju, é confrontada com a falta de disponibilidade de recursos e de mão-de-obra, sobretudo familiar, faz com que os mesmos não consigam explorar efetivamente as suas parcelas.

Em consequência, parte significativa da terra pertencente a esses AF permanece ociosa, conduzindo assim, ao aparecimento de outros intervenientes interessados em explorar essas terras com ou sem autorização dos detentores costumeiros da terra e/ou de seus “proprietários”. Desse quadro, percebe-se que os AF com mais terra, são ao mesmo tempo, os mais afetados pelos conflitos relacionados ao uso e aproveitamento da terra, dado que não se verificou pelo menos um caso de AF com tamanho de área menor que um hectare vítima desse conflito.

### **Principais atores do setor agrícola do caju**

O setor agrícola do caju em Moçambique e particularmente no DA, envolve não somente os pequenos produtores, os comerciantes, os processadores e exportadores, como também, conta com participação de organizações nacionais e internacionais

(públicas e privadas), com destaque para o INCAJU. Não menos importante neste conjunto de atores que participam no setor do caju em Moçambique estão as autoridades tradicionais que facilitam e/ou permitem a atuação das várias instituições e organizações bem como a implantação das políticas públicas junto as comunidades locais.

Em Angoche, o INCAJU intervém junto aos pequenos produtores por meio de atividades de fomento, distribuição gratuita de mudas de caju e dos serviços de extensão focados principalmente na assistência técnica e no tratamento químico dos cajueiros. Segundo depoimento de um técnico do INCAJU sediado em Angoche mostrou ser insuficiente a capacidade de cobertura total à assistência prestada aos produtores, devido principalmente à falta de recursos financeiros, mão-de-obra e transporte para a distribuição de mudas.

De acordo com essa fonte, para minimizar os efeitos derivados da indisponibilidade de recursos e de mão-de-obra no processo de produção da castanha de caju, o INCAJU distrital conta com o apoio direto dos Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE), por meio da rede de extensão nacional e com a colaboração do Programa de Investigação, Produção e Distribuição de Mudanças (IPDM) que apoia o INCAJU em Angoche na contratação de trabalhadores temporários.

Na área da pesquisa, o INCAJU tem o seu programa nacional de investigação do caju, visando o melhoramento de clones por cruzamentos artificiais, introdução de germoplasma com base em sementes provenientes da África Ocidental, Tanzânia e Brasil, microzoneamento de áreas, produção de semente policlonal, identificação de clones resistentes e/ou tolerantes às pragas e doenças fúngicas. A investigação é realizada em parceria com os órgãos do Estado, como o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) subordinado ao Ministério da Agricultura (MINAG), e que se constitui no órgão governamental responsável pela pesquisa agrária no país.

Paralelamente, os programas de investigação contam também com a parceria de empresas internacionais, principalmente a EMBRAPA e a *Japan Internacional Cooperation Agency* (Jica) que em conjunto promovem a capacitação e a formação de técnicos moçambicanos ligados ao setor por meio de cursos de treinamento em produção, pós-colheita e processamento industrial do caju, visando qualificá-los para exercerem a pesquisa e a transferência de tecnologia em Moçambique.

As ONGs nacionais e internacionais exercem suas atividades junto aos produtores familiares em coordenação com os programas estabelecidos pelo INCAJU. O foco destas organizações está voltado para a assistência técnica junto aos pequenos produtores, promovendo a sua organização em associações, buscando melhorar os vínculos de mercado como a renda obtida com a produção de caju.

Grobe-Ruschkamp e Seelige (2005) apontam que a província de Nampula conta com a presença de ONGs que exercem suas atividades no setor do caju tais como a *Co-operative League of the United States of America* (CLUSA), a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), a *Netherlands Development Organization* (SNV), o programa Agrifuturo financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Agência de Desenvolvimento Francesa (AFD). O DA contou, num passado recente, com o apoio da SOFREGO, uma empresa nacional que apoiava o INCAJU no processo de produção e distribuição de mudas para novos plantios. Os resultados do projeto foram positivos na medida em que parte significativa dos AF participantes da pesquisa de campo declarou que as suas plantações de caju são o resultado da implantação e materialização do referido projeto.

Junto às comunidades encontra-se ainda um grupo de provedores de serviços, na maior parte deles também produtores de caju. De acordo com o MINAG (2007) *apud* Chambe (2011), os provedores de serviço fazem parte de um dos mecanismos mais comuns para a disseminação de informação por meio da extensão de produtor para produtor, uma vez que o serviço de extensão pública em si não consegue atingir diretamente um grande número de agricultores por contatos diretos. É neste contexto que o INCAJU dispõe de um grupo de provedores de serviços privados nas atividades de assistência prestada aos pequenos produtores de caju, fundamentalmente no que se refere ao tratamento químico do cajueiro.

Assim, aqueles produtores com um pouco mais de capacidades e habilitados em termos de investimentos se beneficiam de crédito para aquisição do conjunto necessário para o tratamento dos cajueiros. Nesse sentido, o INCAJU iniciou o recrutamento de provedores com o incentivo a adquirirem o pulverizador a crédito e preços subsidiados. Atualmente, os provedores adquirem a preços normais, ainda que facilitados em parcelamentos ou pagamentos únicos no final do ciclo agrícola. Na sequência, os provedores passam por um treinamento e capacitação sobre gestão e utilização dos produtos de tra-

tamento com base em fundos públicos, não existindo, no entanto, qualquer ligação contratual destes com o INCAJU, sendo seu trabalho, pago pelos produtores de caju assistidos (CHAMBE, 2011).

Para o INCAJU, estes provedores acabam sendo o foco das atenções quando operam como facilitadores, prestando serviços de pulverização junto àqueles menos possibilitados. Por meio deles, o INCAJU obtém o efeito multiplicador da assistência técnica, observando-se assim, uma forte ligação entre estes com os pequenos produtores familiares não apenas na qualidade de provedores, como também o primeiro elo para a comercialização da castanha *in natura*. Na condição de mais possibilitados, na maior parte dos casos, estes provedores de serviços são também comerciantes lojistas locais, que compram e concentram a castanha de caju dos pequenos produtores familiares (CHAMBE, 2011).

### **O segmento agrícola familiar**

Conforme dados do Censo Agropecuário 2009-2010, as atividades produtivas em Moçambique são exercidas em explorações agropecuárias que podem ser tanto de natureza familiar como empresarial. De acordo com esse Censo, no primeiro caso trata-se de uma unidade econômica de produção agropecuária sob uma gestão singular baseada na exploração fundiária destinada a produção agrícola, pecuária ou ambas, sem ter em consideração os aspectos legais de posse (título) ou tamanho. Trata-se de uma exploração em que pelo menos 75% da mão-de-obra agrícola é fornecido pelo AF do produtor, e que não recebem salário. A área total da EAPF abrange todas as parcelas (*machambas*), próprias ou ocupadas em pleno uso, em pousio, terras com árvores de fruta, com pastagens privadas, hortas e outras pequenas parcelas (geralmente não consideradas *machambas*) à volta da casa. Ela constitui uma unidade de gestão autônoma em que grande parte das decisões é tomada pelo chefe do AF. No entanto, a gestão pode também ser exercida por um ou mais indivíduos ou um ou mais AF, ou por uma pessoa jurídica, como corporação, cooperativa ou agências governamental ou estatal.

A exploração agropecuária empresarial (EAPE) é caracterizada pela utilização de tecnologia relativamente intensiva (maquinaria e equipamento agrícola), mão-de-obra permanente e assalariada, área total maior ou igual a 10 ha, uso de sementes me-

lhoradas, uso de agroquímicos, uso regular de medicamentos veterinários. O seu objetivo principal é o lucro e os resultados da sua atividade são destinados, sobretudo ao mercado. Tanto num como noutro tipo, as terras da exploração agropecuária podem ser constituídas por uma ou mais *machambas*/parcelas/blocos, localizadas numa ou mais áreas geográficas ou administrativas, desde que utilizem os mesmos meios de produção.

Segundo o CAP 2009-2010 a tipologia dessas explorações vai desde a pequena, média e grande exploração. Essa classificação toma por base a área da terra sob cultivo de culturas anuais e permanentes, o número de efetivos de espécies pecuárias, o uso da rega e a prática de horticultura, fruticultura ou floricultura, em conformidade com os critérios representados no quadro 1.

Quadro 1 – Fatores para classificação da tipologia das explorações agrícolas.

Fatores	Limite 1	Limite 2
Área cultivada não irrigada (ha)	10	50
Área cultivada irrigada, Pomares em produção, Plantações, Hortícolas, Floricultura (ha)	5	10
Número de cabeças de Gado Bovino	10	100
Número de Caprinos/Ovinos/Suínos	50	500
Número de Aves*	2.000	10.000

Fonte: INE, 2011.

**Notas:** \*Em relação às aves, a exploração para ser considerada média ou grande, deve ter exercido a atividade de forma contínua, pelo menos nos últimos seis meses.

Seguindo essa abordagem, considera-se pequena exploração se todos os fatores forem menores que o limite 1, representado no quadro 1. Se um fator for maior ou igual ao valor do limite 1 e menor que o do limite 2, classifica-se como média exploração. Se pelo menos um fator for maior ou igual ao do limite 2, classifica-se como grande exploração. Nos casos de áreas cultivadas irrigadas, pomares em produção, plantações, horticultura e floricultura, considera-se pequena exploração aquela cuja área é inferior a cinco hectares; média exploração quando varia entre cinco e 10 hectares e grande exploração quando maior que 10 ha. O CAP 1999-2000 observa que dependendo da sua ligação, ou não, com os AF, as explorações ligadas às famílias podem ser pequenas ou médias. Aquelas que pela dimensão, não têm ligação com as famílias, são normalmente consideradas de grandes explorações. Desse modo, é possível compreender que o conceito sobre EAPF é uma definição genérica do que constitui o segmento agrícola familiar em Moçambique. Através desta definição pode-se ainda extrair o conceito de pequeno produtor familiar.

Mole (2000) refere que os pequenos produtores de caju não são um grupo homogêneo, podendo ser estabelecida uma tipologia desses produtores em função da área de terra disponível ao AF por adulto equivalente e pelas diferenças entre os grupos de produtores no que se refere à dotação de recursos e a posse de cajueiros por sistemas de produção nos quais eles se encontram. Nesta tipologia, o autor considera pequenos produtores de caju aqueles com uma área de terra equivalente a 2,7 ha, com até 48 unidades de cajueiros por AF e a mão-de-obra empregue na unidade de produção é em mais de 50% proveniente do AF.

Embora este seja um critério de limite 1 da classificação apresentada no quadro 1, tanto pela área de terra disponível, quanto pela quantidade de árvores de fruteiras (no caso o número de cajueiros) em produção, no presente estudo, adotou-se o limite máximo dos critérios de classificação apresentados no quadro 2 que ilustra as várias categorias do pequeno produtor de caju, segundo a tipologia proposta por Mole.

Quadro 2 – Tipologia dos pequenos produtores de caju.

Indicadores	Variáveis	Categorias de produtores por terra por adulto equivalente			Pequeno produtor típico
		Baixo	Médio	Alto	
Demografia	Tamanho do agregado familiar	5.0	3.6	3.8	4.2
	Idade do chefe do agregado familiar	41	46	59	48
Recursos	Mão de obra em adulto equivalente	2.7	2.4	1.9	2.4
	Área de terra por agregado familiar (ha)	2.7	3.4	4.7	3.5
	Nº de cajueiros por agregado familiar	48	73	60	63
<b>Número de agregados familiares</b>		13	15	12	40

Fonte: Mole, 2000.

Em função dos dados constantes no quadro 2 compreende-se facilmente que os AF da categoria que tem menos terra por adulto equivalente têm um tamanho do AF relativamente maior e um maior potencial para uma maior força de trabalho. Quer dizer, os AF com mais membros para alimentar para o mesmo número de adultos que as outras categorias, têm uma maior taxa de dependência. Como consequência, os produtores com menos terra e menos cajueiros têm maior probabilidade de serem vulneráveis e pouco capazes de se envolverem em atividades de maior risco. Mole (2000) refere que nestes grupos existe uma associação positiva e forte entre a posse de terra e a concentração de cajueiros – aqueles AF com mais terra também possuem mais cajueiros. Os AF com menos terra têm menos cajueiros e menores níveis de rendimento.

De acordo com síntese da bibliografia revista e dos resultados da pesquisa de campo, foi possível constatar que os produtores de caju do setor familiar têm em média 40 a 60 árvores por cada família (o que representa em média menos de dois hectares ocupados com caju), embora as diferenças existentes em termos de número de árvores podem ser maiores. Portanto, a unidade a ser estudada é a pequena exploração agropecuária que tem como sujeito o pequeno produtor familiar do caju.

### **Características dos sistemas produtivos de caju identificados em Angoche**

A análise da organização do espaço, por meio de sistemas produtivos, visa à compreensão de como a dinâmica desses processos produz diferenciações espaciais (PEIXINHO, 2006). Conforme esse autor, a organização espacial pode ser analisada tendo em conta o uso da base natural, a estrutura fundiária, as relações de trabalho e o padrão tecnológico. Nesse sentido, a organização dos processos produtivos depende da forma como essas dimensões se compõem.

Ainda de acordo com esse autor o processo evolutivo dos sistemas agrícolas se dá a partir de uma dinâmica interna à própria organização da produção; ou seja, apesar das interações que se dão entre a forma de exploração e sua relação com o mercado, a dinâmica está centrada no próprio processo interno da propriedade. A unidade produtiva pode evoluir ou regredir, dependendo do sistema agrícola que ela desenvolve (PEIXINHO, 2006).

De fato, em Angoche o cultivo do caju é realizado em unidades de produção agrícola associadas aos AF que os levam a se tornarem no centro de análise de sistemas de produção agrícolas. Bandini (1995) *apud* Chambe (2011) refere que esses sistemas ocorrem em cada unidade de produção com características distintas, mas que no final todas elas contem a identidade de organização, o tamanho das unidades e produção resultante, os contratos de trabalhos (se existirem) e as relações com os mercados.

Em Moçambique, a classificação dos sistemas de produção é feita usando-se de vários critérios. O INCAJU faz a distinção dos sistemas de produção com base na categorização dos produtores de caju, considerando dois grandes grupos: os produtores familiares e os produtores comerciais (CHAMBE, 2011). Nesse quadro, para a identificação dos sistemas produtivos de caju praticados em Angoche, o estudo utilizou-se de indicadores socioeconômicos, tais como: o responsável pela tomada de decisões (se ho-

mem ou mulher) a caracterização dos agregados, os meios de produção utilizados, as relações sociais de produção, o número de cajueiros e o tamanho da área plantada com caju. Evidenciando a pesquisa de campo, foi possível identificar no DA, três sistemas produtivos do caju: 1) o sistema de produção agrícola familiar chefiado por mulheres; 2) o sistema agrícola familiar chefiados por homens e 3) o sistema produtivo agrícola comercial.

A característica comum das produtoras do primeiro sistema é terem um AF em número reduzido, variando entre um a quatro adultos e crianças menores quando existem. Esta dificuldade impacta negativamente no trabalho agrícola, fundamentalmente com as plantações de cajueiro. Conseqüentemente a utilização da terra neste sistema produtivo é bastante reduzida. As áreas disponíveis para o trabalho (as referidas *machambas*), normalmente encontram-se a volta do terreno para a habitação, variando em média entre meio a um hectare e não ultrapassando os dois hectares. A falta de capacidade de utilização de parcelas maiores de terra torna a organização deste sistema de produção bastante diversificado com recurso ao consórcio de culturas numa única parcela, onde as principais culturas anuais são mandioca, feijões (*feijão-nhemba e feijão-boêr*), amendoim e milho.

Com relação às plantações de cajueiro, percebeu-se que a totalidade das famílias pertencentes a este sistema produtivo, apenas cuida e sobrevive dos cajueiros herdados e/ou plantados há mais de 30 anos. Neste contexto, além de dividir espaço com outras fruteiras junto às habitações, observam-se esporadicamente alguns cajueiros nas *machambas* consorciadas com as culturas anuais, e outros mais distantes das habitações e que na maioria tornam-se resíduos da floresta nativa (CHAMBE, 2011).

O problema com a mão-de-obra reflete-se em grande medida no cuidado com os cajueiros que se torna inexistente para as famílias. Entretanto, a consorciação em que estão sujeitas as plantações de cajueiros facilita a limpeza das referidas *machambas*. Em todos os casos das famílias chefiadas por mulheres, pela qualidade da sua atividade e pelo que foi apresentado, observa-se que a única finalidade deste sistema produtivo é a sobrevivência que, em muitos casos, chega a não atingir ganhos suficientes de produtividade e em um nível de produção tal que os possa manter durante o ano. Daí que, o total da produção é praticamente dirigido para o autoconsumo familiar (CHAMBE, 2011).

O segundo sistema produtivo é caracterizado por uma maior disponibilidade de terra para o trabalho agrícola, havendo inclusive relato de famílias com mais de uma *machamba*. Dados de campo estimam que neste sistema de produção, as famílias possuem em média entre dois ou mais hectares de terra disponível para o cultivo de caju e de outras culturas tanto alimentares como de rendimento, havendo casos de famílias que chegam a ter até nove hectares. O sistema de cultivo é também convencional, com rotatividade menor das *machambas* em atividade, uma vez que não possuem terras suficientes para pousios mais longos de mais de uma campanha agrícola. A mão-de-obra é basicamente familiar operando com uma força de trabalho até quatro adultos ou mais.

Nesse sistema produtivo é comum entre os AF, o tratamento químico das árvores, ao que a produtividade das mesmas é relativamente maior quando comparada com o primeiro sistema. Diferentemente do primeiro sistema identificado, constatou-se que neste sistema as famílias não só utilizam os rendimentos adquiridos com a castanha para a sobrevivência como também, aplicam parte desse rendimento na aquisição de insumos agrícolas utilizados para o incremento da produção e produtividade tanto nas culturas alimentares como no cultivo de caju.

O terceiro sistema (sistema comercial) é composto por produtores que têm em comum o fato de serem também provedores de serviço para o tratamento químico dos cajueiros. A característica fundamental destes produtores os liga a um processo anterior de acumulação de capital. Todos eles fazem parte de um grupo de indivíduos aposentados de outras atividades remuneráveis, como funcionários públicos, professores ou comerciantes. São também produtores mais instruídos e, alfabetizados (CHAMBE, 2011).

Neste sistema de produção existe maior disponibilidade de terra embora grande parte dela não seja efetivamente explorada. Em média a área de terras em atividade agrícola varia entre seis a 10,0ha. Na maior parte dos casos são terras adquiridas por via de “compra” e noutros casos trata-se, de terras herdadas da família, em que juntamente com elas vieram as primeiras plantações de cajueiros pertencentes às unidades produtivas do sistema. O número de árvores de cajueiros neste sistema varia entre um mínimo de cerca de 1.000 e um máximo de 3.000 árvores. As novas plantações de cajueiros são constituídas por mudas do cajueiro anão precoce, gratuitamente distribuídas pelo INCAJU.

Os produtores desse sistema mostram uma preocupação mais acentuada no cuidado dedicado aos cajueiros em todas as fases de produção do caju o que torna mais elevada a sua produtividade obtendo maior produção no final da safra. O aproveitamento das terras nesse sistema de cultivo é feito mediante utilização de certas parcelas com a atividade agrícola, pousio de dois a três anos e uma terceira parte cedida como empréstimo. Neste último caso, normalmente são *machambas* onde há plantações de cajueiros ainda produtivos. Assim, para manutenção dos terrenos, como também a preservação das terras em poder da família, estas optam por ceder as parcelas na forma de empréstimo a outros AF, que as utilizam sem pagar quaisquer valores beneficiando os “proprietários” das terras, apenas dos serviços de limpeza efetuados por estes, no decurso das suas atividades de cultivo.

A totalidade dos rendimentos deste grupo acumula entre a renda com a atividade de provedores de serviços, a renda da atividade agrícola e outras atividades desenvolvidas pelos AF. Assim, observa-se um leque vasto de acumulação de renda neste grupo de produtores que, de certa forma, viabiliza os investimentos que têm feito na atividade agrícola, particularmente com a produção de caju (CHAMBE, 2011).

Outro aspecto que caracteriza grande parte dos produtores deste sistema é o fato de também aparecerem no mercado de caju como agentes intermediários que compram a castanha do pequeno produtor comum, vendendo-a posteriormente às unidades de processamento e/ou aos armazenistas. O lucro resultante desse negócio é na maioria dos casos, destinado tanto para a manutenção das *machambas* com culturas alimentares, como nas plantações com cajueiros, quer por meio de agregação de mais áreas para o cultivo, quer pela alocação de insumos para o incremento dos índices de produção e produtividade. Por outro lado, os lucros obtidos, são também aplicados na melhoria das condições materiais de vida desses AF.

A utilização da mão-de-obra é mais complexa para estas unidades produtivas. Em geral, o sistema opera com força de trabalho numa média de quatro pessoas ou mais, todas elas, membros do AF do produtor. Entretanto, empregam também em torno de dois a quatro membros de outros agregados parentes do produtor, aos quais considera seus dependentes (CHAMBE, 2011).

Uma terceira parte de mão-de-obra refere-se aos trabalhadores temporários que são “contratados” em decorrência da apanha da castanha de caju, podendo variar entre

cinco até 20 ou mesmo 30 trabalhadores. Aos dois primeiros grupos de força de trabalho não existe o pagamento de salário. A explicação é sustentada com a posição de que para os membros do mesmo AF fazem parte das suas obrigações o trabalho agrícola da unidade familiar. O segundo grupo, recebe ajuda alimentar com as colheitas no final da campanha agrícola. Assim apenas o terceiro grupo, relativo à força de trabalho temporário, recebe um pagamento pelo serviço de apanha de castanha, pagamento este feito geralmente em espécie.

Neste sistema de produção também é frequente o consórcio de culturas. Entretanto, diferentemente dos dois sistemas abordados, neste, os cajueiros estão consorciados com uma ou duas culturas apenas (principalmente mandioca, amendoim e/ou feijão), sobretudo nas *machambas* com novas plantações de cajueiros. Neste caso, existe disponibilidade de terras próprias para implantação de hortas e o cultivo de arroz em escala relativamente maior. A síntese das características dos sistemas agrícolas de caju identificados em Angoche pode ser visualizada no quadro 3.

Quadro 3 – Síntese dos sistemas agrícolas de caju identificados em Angoche.

Indicadores	Variáveis	Sistemas agrícolas identificados		
		Sistema agrícola familiar típico		Sistema agrícola familiar comercial
		Chefiado por mulheres	Chefiado por homens	
emografia	Tamanho do AF	≥1≤4 mebrs	≥2≤14 membros	≥2≤14 membros
	Sexo do chefe do AF	Feminino	Masculino	Masculino
Recursos	Mão-de-obra disponível por AF	≥1≤4 membros	≥4≤12 membros	≥4≤12 membros
	Tamanho de área por AF (ha)	≥0.5<2.0	≥2.0<10.0	≥10.0<30
	Nº de cajueiros por AF	≥10≤30	≥20<500	≥500 até 3000+
	Tipo de cajueiros existentes	Comum	Comum e Anão precoce	Comum e Anão precoce
	Tecnologia	Tradicional	Relativo tratamento químico das árvores	Tratamento químico das árvores
Renda	Rendimento médio obtido (US\$)	≤ 50	≥50≤300	≥185≤400
	Destino da renda	Subsistência familiar	Subsistência familiar e relativa aquisição de insumos agrícolas	Subsistência familiar e aquisição de insumos agrícolas

Fonte: FREI, 2013.

---

**A dinâmica socioespacial da produção de caju em Angoche**

Peixinho (2006) refere que apenas a caracterização dos sistemas produtivos não é suficiente para apreender a constituição da espacialidade de um modelo de produção. Para esse autor, é necessário compreender sua dinâmica espacial, pois é a partir dessa que se podem estabelecer as diferenciações espaciais. Nesse contexto, Santos (1996, p. 162) avança com um conceito de produção que se torna oportuno apresentar. Para esse autor, “a produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido”. Esse autor refere ainda que:

[...] produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis [...] O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço [...]. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio [...]. Pela produção o homem modifica a natureza primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando-a. Ao se tornar produtor, isto é, um utilizador consciente dos instrumentos de trabalho, o homem se torna ao mesmo tempo um ser social e um criador do espaço. A evolução espacial é assim dada pela combinação dos fatores e das relações de produção [...] (SANTOS, 1996, p. 161, 162 e 163).

O espaço, assim como a sociedade, está em constante evolução, modificando-se a cada período técnico. A dinâmica espacial é, portanto, o movimento, o processo espacial dado na relação das mudanças que as ações sociais produzem modificando o espaço construído. Estas mudanças promovem a criação de novas formas espaciais funcionalizadas para atender às demandas socioprodutivas do período técnico atual, bem como atua sobre as antigas formas, refuncionalizando-as (PEIXINHO, 2006).

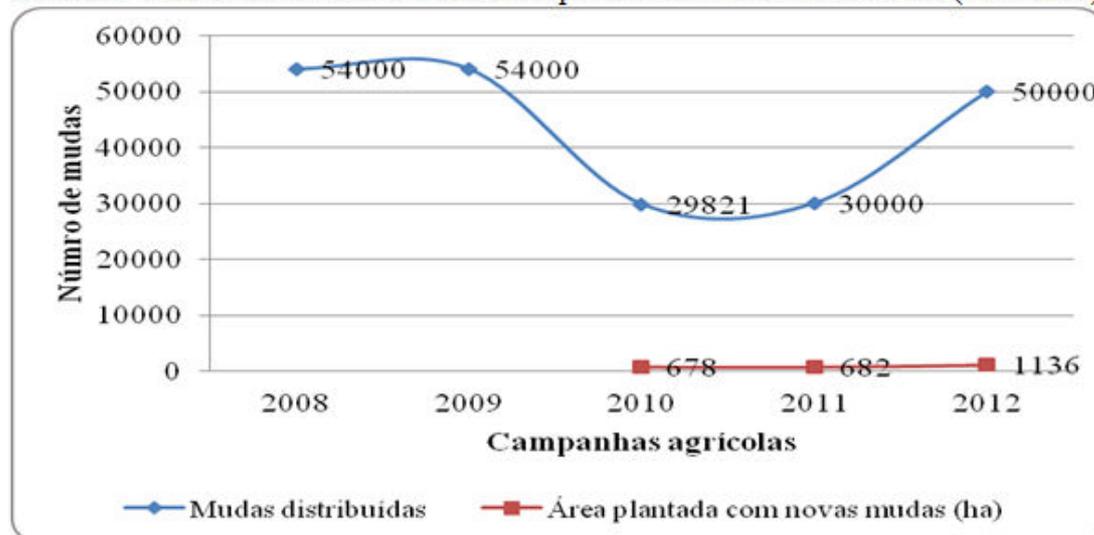
Nesse contexto, assiste-se no DA ao surgimento de uma nova forma de organização do espaço produtivo do caju, em resultado da (re)estruturação produtiva do setor onde a produção passa a receber influência da tecnologia, da ciência e da informação signos do atual período histórico, designado por Santos (1996) de técnico-científico-informacional. A “reestruturação [...] implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança” (SOJA, 1993, p. 194). A sua análise visa adentrar nas transformações da configuração do espaço colocadas em marcha pelo movimento de disseminação e/ou intensificação do capital nas atividades agropecuárias, entendendo-se, pois que a passagem para um novo regime

produtivo se faz acompanhada de mudanças importantes no processo das relações sociais de produção. Assim, produz-se uma reestruturação espacial da sociedade via uma redefinição das formas de organização do trabalho e a criação de novos espaços de produção.

De fato, a reestruturação do modelo produtivo do caju em Angoche está se dando tanto pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo traduzido na utilização do cajueiro anão precoce em substituição do cajueiro comum, o tratamento químico dos cajueiros e a realização de podas fitossanitárias como pelo adensamento e/ou expansão das áreas de cultivo. A esses aspectos se soma a questão do melhoramento de incentivos aos pequenos produtores (que representam aproximadamente 98% das explorações agrícolas com caju no distrito).

Esse novo modelo de produção resulta da influência do papel do Estado sobre o setor que pretende (re)colocar o país entre os maiores produtores mundiais de caju. Como resultado, está se verificando uma alteração de parte dos tradicionais sistemas de produção de caju e inaugurando novas formas de produzir no campo, dando assim origem, a um novo uso da terra, que busca incrementar os índices de produção e de produtividade. O gráfico 2 apresenta o número de mudas de cajueiro anão precoce distribuídas e área plantada com caju no DA ao longo de quatro campanhas consecutivas.

Gráfico 2 – Número de mudas distribuídas e área plantada com novas mudas no DA (2008-2012).



Fonte: INCAJU-Angoche, 2012.

Organização: FREI, 2012.

De acordo com dados de observação da pesquisa de campo, constatou-se que a necessidade de ampliação dos rendimentos provenientes da produção do caju por parte dos AF, que se reflete no aumento da demanda por mudas de caju, tem demandado novos espaços para o cultivo dessa fruteira. Esse processo de busca por novos espaços para a implantação de novas plantações de cajueiros está se dando por meio de dois mecanismos principais: por um lado, pela utilização de áreas dominadas pelo cultivo de culturas alimentares, potencializada pela natureza das novas plantações de cajueiros, que, em regra, ocorrem em espaçamento de 15m x 15m, o que facilita ainda mais a consorciação de culturas.

Segundo informações coletadas em entrevistas realizadas, foi possível identificar duas razões fundamentais que fazem com que as novas plantações de cajueiros apareçam sempre consorciadas com culturas alimentares: 1) a relativa escassez de terra que caracteriza o DA e particularmente os AF envolvidos na produção do caju e 2) a necessidade de garantir que a limpeza das plantações e a poda dos cajueiros possa realmente acontecer, aproveitando o tempo que é dedicado ao cuidado das culturas alimentares. Já que as referidas culturas e as plantações de cajueiros encontram-se na mesma *machamba* do AF, torna-se fácil cuidar do seu tratamento, poupando assim esforço e tempo até mesmo dinheiro, caso as plantações dos cajueiros estivessem em outras *machambas*, provavelmente distantes.

Por outro lado, verifica-se que para atender a demanda por novos espaços, desencadeada pelas novas plantações de cajueiros, os AF tendem a agregar e/ou incorporar novas áreas de cultivo, principalmente junto aos limites circunscritos às respectivas *machambas*. Conforme referenciado, os novos espaços agregados e/ou incorporados constituem “subespaços” do “espaço maior” (que compreende toda a área da exploração familiar). Entretanto, existem AF em que dadas as limitações no que se refere ao tamanho de suas “propriedades” e/ou motivados pelo lucro da castanha, quer seja o pequeno produtor comum, quer seja o médio ou grande produtor de caju, tendem, geralmente, por via de “compra”, adquirir novas áreas para o cultivo do caju. A tabela 1 mostra a dinâmica da demanda por novos espaços para o cultivo do caju pelos AF, por postos administrativos selecionados em Angoche.

Tabela 1 – Número de agregados familiares segundo tamanho de área ampliada para o cultivo de caju e as razões de ampliação, campanha 2011/2012.

Postos administrativos	NI	Você ampliou a área para o cultivo do caju na campanha 2011-2012							Porque razão aumenta a área de cultivo do caju		
		Sim	Não	Se Sim, indique o tamanho da área ampliada (ha)					Consumo familiar e aumento de renda	Apenas aumento de renda	Outro
				<1	≥1<3	≥3<5	5+	NL			
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>17</b>	<b>43</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Angoche-Sede	20	5	15	1	0	1	1	2	4	0	1
Namaponda	20	6	14	4	2	0	0	0	4	0	2
Boila-Namitória	20	6	14	4	2	0	0	0	6	0	0

Fonte: FREI, 2012.

Notas: NI – Número de inqueridos; NL – Não se lembra.

Da leitura dos dados constantes na tabela 1 pode-se perceber que 17 AF o equivalente a 28,3% da amostra selecionada no distrito, aumentaram a área para o cultivo do caju na campanha 2011/2012. Pode ainda se ler em conformidade com a respectiva tabela, que grande parte dos AF que afirmaram ter expandido sua área para o cultivo do caju, pertence à categoria dos que aumentaram menos de um hectare, seguido da categoria dos que expandiram sua área até dois hectares. Embora globalmente esses resultados possam indicar aparentemente uma menor pressão sobre a terra, eles sugerem novas (re)funcionalidades dos antigos espaços, antes ociosos ou dominados exclusivamente pelo cultivo de culturas alimentares, o que evidencia o peso que a produção de caju está exercendo na (re)organização do espaço produtivo do DA.

Entretanto, se por um lado é possível compreender que a cultura do caju está demandando novos espaços para o seu efetivo desenvolvimento, por outro lado, registra-se um processo inverso, em que parte significativa dos AF tende a diminuir suas áreas com cultivo de caju, que segundo explicação dos produtores, visa maximizar a produção e exercer um maior controle sobre as árvores. As particularidades desse processo a que se preferiu chamar de “expansão e retração” das áreas para o cultivo do caju pelos AF, podem ser mais bem compreendidas por meio dos dados constantes da tabela 2 que mostra a dinâmica das áreas plantadas com caju entre o período em que os AF se integraram na atividade, em comparação com a safra 2011/2012.

Tabela 2 – Número de agregados familiares segundo área plantada com castanha (entre a integração na atividade e a campanha 2011/2012).

Postos administrativos	NI	Área média plantada com caju no início (ha)					Área média atual plantada com caju (ha)				
		< 1	≥ 1 < 5	≥ 5 < 10	10 +	NL	< 1	≥ 1 < 5	≥ 5 < 10	10 +	NL
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>18</b>	<b>29</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>35</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
Angoche-Sede	20	3	7	5	4	1	2	9	6	2	1
Namaponda	20	5	12	3	0	0	3	14	0	0	3
Boila-Namitória	20	10	10	0	0	0	8	12	0	0	0

Fonte: FREI, 2012.

**Notas:** NI – Número de inquiridos; NL – Não se lembra.

Pelos dados constantes na tabela 2 observa-se que existe uma tendência de os AF ampliarem suas áreas para o cultivo do caju. Comparando os dados, pode-se ver que houve uma concentração na categoria de AF que possuem entre um a quatro hectares de terra cultivada com caju, deslocando para essa categoria produtores com menos de um hectare de área plantada e aqueles cujo tamanho da área era igual ou relativamente maior que cinco hectares.

Nesse quadro, entende-se que por um lado, como resultado das políticas do IN-CAJU que promove a distribuição gratuita de mudas de maior produtividade e assistência técnica aos produtores, os pequenos produtores típicos de caju, sentem-se motivados em ampliar as suas parcelas para o cultivo do fruto ao mesmo tempo em que aqueles produtores com áreas relativamente maiores tendem a reduzi-las, dadas as dificuldades, sobretudo financeiras que os impossibilita em adquirir mão-de-obra e meios de produção adequados, para que toda a área seja efetivamente explorada.

### Considerações finais

O esforço da pesquisa aqui empreendida caminhou no sentido de compreender as formas de organização do processo produtivo do caju, com destaque para o DA, bem assim a sua relação com as formas de organização do espaço produtivo local. Como sistema produtivo, a cajucultura moçambicana (particularmente a praticada no DA), possui uma estrutura característica diferenciada, principalmente tendo em conta as especificidades dos principais atores envolvidos, os pequenos produtores de caju. Trata-se de produtores de subsistência com área de terra disponível para o cultivo do caju em média inferior a dois hectares, com até menos de 100 cajueiros e em que mais de 75% da mão-de-obra empregue é fornecida pelo próprio agregado familiar.

Nos últimos anos, assiste-se a uma reestruturação do setor cajuícola nacional, com destaque para o subsetor da produção que se traduz no uso de novas tecnologias no processo produtivo da castanha. Essa mudança da base técnica, enquanto vetor de reestruturação da produção de caju está diretamente ligada às novas políticas públicas do Governo, que, aliás, se constituíram desde a época colonial em fator determinante do ordenamento do espaço produtivo.

Paralelamente, verifica-se também quer em nível nacional como local, a expansão da fronteira agrícola do caju, quer pela agregação de novas áreas, quer pelo adensamento de plantios em terrenos onde a cultura já é praticada, ao mesmo tempo em que se buscam constituir espacialmente plantações ordenadas de cajueiros. Embora o fruto seja cultivado em regime de sequeiro e em consorciação com culturas básicas alimentares, pode-se dizer que o espaço produtivo de Angoche está gradualmente sendo territorializado pela cultura do caju, dado que os pequenos produtores estão plantando cada vez mais cajueiros em suas terras até então destinadas ao cultivo de culturas alimentares.

Do quadro apresentado, é possível vislumbrar que o setor do caju em Moçambique, particularmente no DA, continuará influenciado a organização do espaço produtivo local, principalmente nas regiões onde o cultivo do fruto se apresenta com grande potencial de crescimento, se for a considerar-se por um lado, que a cultura do caju tende a instalar-se, principalmente em *machambas* antes destinadas exclusivamente a produção de culturas alimentares básicas e por outro, por estar a demandar novas tecnologias e capitais.

Em consequência das políticas públicas adotadas para o setor, com destaque para o subsetor da produção, que prevê o aumento, não só, de novos plantios de cajueiros, como também da produtividade, assistir-se-á a médio e longo prazo ao surgimento significativo de plantações comerciais de cajueiros ligadas a empresas privadas, cuja materialidade no espaço demandará por novas áreas de cultivo do fruto, que provavelmente serão alocadas junto ao setor familiar o que poderá diminuir a posse e controle de terra por parte das famílias camponesas.

Do mesmo modo, assistir-se-á a médio e longo prazo, a uma gradual transformação da produção tipicamente familiar do caju para uma produção familiar comercial intensiva tanto em tecnologias como em área de cultivo, sobretudo para aqueles agregados familiares mais possibilitados e provavelmente a emergência de sinergias entre a produção de alimentos e a produção de caju.

---

## REFERÊNCIAS

- BAIA, Alexandre H. M. A exploração do ecossistema dos mangais enquanto apropriação do espaço na cidade de Angoche. **Revista Espaço e Tempo**, São Paulo, GEOUSP, n. 15, p. 171-174, 2004.
- CHAMBE, Maria Albertina Gomes Chale. **Sistemas de produção agrícola do caju e o modo de vida dos pequenos produtores familiares de Manjacaze**. 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – UnB, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília, 2011.
- GROBE-RUSCHKAMP, Aloise; SEELIGE, Kathrin. **Análise da cadeia de valor do caju em Moçambique**. Iniciativa Africana do Caju, Acra e Maputo: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ), 2005.
- HOFFMAN, Luísa. **Legislação sobre a Terra**: Lei de Terras n. 19/97 e Regulamento da Lei de Terras – Decretos n. 66/98 e 1/2003. Nampula: Fórum Terra, 2011.
- <<http://www.maplibrary.org/stacks/africa/Mozambique/index.php>> Acesso: abr. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE CAJU. **Plano Diretor do Caju 2011 – 2012**. Maputo, 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo Agro-Pecuário-CAP 1999-2000**: resultados definitivos – Nampula. Maputo, 2002.
- \_\_\_\_\_. **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007**: Resultados Definitivos-Moçambique. Maputo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Censo Agro-Pecuário-CAP 2009-2010**: resultados definitivos – Moçambique. Maputo, 2011.
- JOSÉ, André Cristiano. **Narrativas de resistência contra as “promessas sem destino”**: crise da indústria do caju e lutas do cotidiano em Angoche. 2005. 244 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Programa em “Pós-colonialismos e Cidadania Global”, Coimbra, 2005.
- LANGA, José Maria do Rosário Chilaúle, SOUZA, José Gilberto de, HESPANHOL Rosângela Aparecida de Medeiros. A produção de alternativas agroenergéticas e a questão da terra em Moçambique: a província de Manica, **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 1-31, fev., 2013
- MOÇAMBIQUE - **Constituição da República**. Maputo: Plural Editores, 2005.
- MOÇAMBIQUE – Ministério de Administração Estatal-MAE. **Perfil do distrito de Angoche – província de Nampula**. Maputo, 2005.
- MOÇAMBIQUE – Ministério da Agricultura-MINAG. **Trabalho de Inquérito Agrícola**. Maputo, 2007.

MOÇAMBIQUE – Boletim da República. Resolução nº 6/79. **Primeira Lei de Terras**. Maputo: Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1979.

MOÇAMBIQUE - Boletim da República. Resolução nº 19/97 de 1 de outubro. **Lei de Terras**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1997.

MOÇAMBIQUE – Boletim da República. Decreto nº 66/98 de 8 de dezembro. **Regulamento de Lei de Terras**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1998.

MOÇAMBIQUE - Ministério da Agricultura. **Política Agrária**. Maputo. 2007.

MOLE, Paulo Nicua. **Oportunidades de desenvolvimento do setor familiar de caju e suas relações com a segurança alimentar na província de Nampula, Moçambique**. Relatório de Pesquisa n. 42, Maputo, MINAG, 2000.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

\_\_\_\_\_. **Políticas agrárias de (em) Moçambique, 1975-2009**. Maputo: Escolar, 2011.

NEGRÃO, José. Contribuição para História de Moçambique. **Canal de Moçambique** 1997 p. 82-84. Disponível em: <[http://macua.blogs.com/mocambique\\_paratodos](http://macua.blogs.com/mocambique_paratodos)> Acesso em: 20 jul. 2012.

NEGRÃO, J., et al. **A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais**. Projeto COMRES, Maputo: CEA, 1997.

PEIXINHO, D. M. **A dinâmica socioespacial do modelo técnico-produtivo da soji-cultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ/CCMN/Depto de Geografia, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Luíz Filipe. **A dinâmica das transformações no espaço da província de Nampula**. Disponível em: <[http://www.iid.org.mz/dinamica\\_das\\_transformacoes\\_no\\_espaco\\_da\\_prov\\_nampula.pdf](http://www.iid.org.mz/dinamica_das_transformacoes_no_espaco_da_prov_nampula.pdf)> Acesso em: maio 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, p. 161-163, 1996.

SDAE-Angoche. **Relatório Anual**. Angoche, 2012.

SOJA, E.W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Editor, p. 194, 1993.

Recebido em 14/07/2013 Aceito para publicação em 10/03/2014.
---